

Ass. Constituinte - Geral

Entidades fazem propostas para a nova Constituição

AS PROPOSTAS DE ENTIDADES

Associação Comercial de São Paulo	Os municípios devem receber recursos e funções hoje concentrados no poder central.	O cidadão ou associações de cidadãos devem ter o direito de arguir diretamente no Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade das leis e atos do governo.
União Democrática Ruralista	A Constituição deve definir claramente o princípio de propriedade da terra, conferindo-a a quem tenha um mínimo de capacidade para assumir a sua função social.	O Estado deve definir claramente sua política agrícola.
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	A ordem econômica deve assegurar o bem-estar a todos, devendo ser organizada dentro do respeito à liberdade de iniciativa, à propriedade privada dos meios de produção e aos direitos do trabalhador.	Caberá preferencialmente às empresas privadas a exploração das atividades econômicas, com o estímulo, apoio e fiscalização do Estado.
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	A sociedade deve controlar o Estado. A criação desses mecanismos de controle cabe ao Congresso constituinte, pois a missão da igreja não é a de fazer leis.	A igualdade real de todos perante a lei.
Ordem dos Advogados do Brasil	Reforma do Poder Judiciário com a criação dos tribunais constitucionais para arbitrar os conflitos entre Estado e sociedade.	A propriedade da terra tem uma função social, não devendo ser desvirtuada pela legislação ordinária.
Central Única dos Trabalhadores	Reforma agrária sob controle dos trabalhadores. A reforma deverá atingir latifúndios produtivos e improdutivos. Ao Incra caberá definir o que é latifúndio produtivo.	Amplio direito de organização sindical sem intervenção do Estado.
Central Geral dos Trabalhadores	Atendimento das prioridades sociais, como ensino gratuito em todos os níveis. A assistência à saúde também deve ser gratuita.	Liberdade sindical sem a intervenção do Estado. Direito de greve amplo.
Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo	O Estado deve destinar mais verbas para a Educação. As verbas públicas devem ser entregues, exclusivamente, às escolas oficiais.	O ensino gratuito e obrigatório deve se estender de zero a quatorze anos. As crianças sem condições financeiras de frequentar escolas devem receber bolsas especiais.
Associação Paulista de Medicina	Criação do sistema nacional de saúde com a absorção de órgãos paralelos, como o Inamps (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social) e LBA (Legião Brasileira de Assistência).	As dotações orçamentárias da União, Estados e municípios deverão destinar, obrigatoriamente, 10% do seu total para programas de saúde.
Associação Brasileira da Indústria da Computação	A Constituição deverá definir claramente as relações entre a informática e o direito dos cidadãos à privacidade.	A Constituição deverá definir também a questão da automação das empresas, resguardando os direitos dos trabalhadores.

TADEU AFONSO Da Reportagem Local

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) defende a primazia da liberdade de iniciativa e da propriedade privada dos meios de produção. A União Democrática Ruralista (UDR) reclama uma definição clara do princípio da propriedade da terra. A Associação Comercial de São Paulo pede a descentralização do poder e o direito dos cidadãos de arguírem diretamente no Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade das leis. Adversárias históricas, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) unem-se na defesa do direito de greve e de associação sindical sem a intervenção do Estado.

Assim, o debate sobre a futura Constituição do Brasil e a eleição do Congresso constituinte continua vivo. É verdade que já esteve mais intenso, abrindo-se quando, em vez de uma Assembléia Nacional Constituinte, foi convocado apenas um Congresso constituinte. A campanha eleitoral também potariou a atenção do país em torno dos candidatos à sucessão nos Estados. Mas, nem por isso, morreu o debate em torno da Constituição e a sociedade brasileira continua se manifestando e apresentando suas reivindicações.

A menos de três meses das eleições para o Congresso constituinte, o debate já chegou até a entidades apolíticas, como a Associação Brasileira da Indústria de Computação (Abicomp), que discute, agora, as relações entre a informática e o direito dos cidadãos à sua privacidade.

E, nesse debate, cada grupo social mobiliza-se para fazer valer sua influência sobre o futuro Congresso constituinte. Assim, a Igreja Católica mobilizou seus cinco mil paróquias no Brasil (o país tem 4.090 municípios) para debater com os candidatos de bairros ou regiões suas plataformas políticas. A Fiesp levou a discussão aos 111 sindicatos patronais a ela filiados e aos dez mil associados do coligado Centro das Indústrias de São Paulo (Ciesp). E a UDR diz que elegerá uma bancada de sessenta deputados.

Há também reivindicações mais específicas, como as da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeesp), que discute o ensino obrigatório, e da Associação Paulista de Medicina (APM), que defende a criação de um sistema nacional unificado de saúde, com a absorção de órgãos paralelos, como o Inamps (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social) e a LBA (Legião Brasileira de Assistência).

A Fiesp começou o debate ainda em 1985, quando o seu presidente,

Luís Eulálio de Bueno Vidigal, lançou um documento intitulado "Contribuição para a Futura Constituição Brasileira", apresentando as reivindicações do empresariado na área econômica, com ênfase na liberdade de iniciativa e na propriedade privada. O debate está sendo agora levado ao interior do Estado pelo diretor do Departamento Jurídico da Fiesp, Rui Martins Altenfelder Silva, 47. Segundo ele, o fundamental é limitar a intervenção estatal na economia. Ele lembra que a atual Constituição dá prioridade à iniciativa privada. "No entanto, 70% das atividades econômicas hoje estão nas mãos do Estado", diz. Agora, o importante para Altenfelder é criar mecanismos na Constituição que garantam realmente a liberdade de iniciativa.

O vice-presidente da UDR em Goiás e diretor territorial nacional da entidade, Altair Veloso, 52, diz, em Goiânia (GO), que os proprietários rurais não têm nenhum anteprojeto para a futura Constituição. Isso, acrescenta o presidente da UDR de Presidente Prudente (590 km a noroeste de São Paulo), Roosevelt Roque dos Santos, 39, só começará a ser discutido em setembro.

Mas Veloso já tem uma posição clara: a futura Constituição deverá definir cuidadosamente o princípio de propriedade da terra, conferindo-o apenas a quem tenha um mínimo de capacidade para assumir a sua função social. "Não basta —adverte— ser sem terra." Veloso também afirma que a UDR quer eleger uma bancada de sessenta deputados, mas nega que o poder econômico vá colaborar para isso. "Vamos ajudar pela influência e pelo trabalho. Exatamente como fazem as minorias. Nossos candidatos serão homens que pensam exatamente como nós e não oportunistas", afirma.

O diretor da UDR goiana não esconde que a entidade está arrecadando muito dinheiro em leilões. Um leilão em Dourados (MS) arrecadou R\$ 5 milhões. E em Itabuna (BA) foram doadas duas mil arrobas de cacau. Veloso diz que o dinheiro arrecadado serve para a implantação da UDR pelo país e para a assistência aos pequenos proprietários de terra ameaçados por invasões. "Nossa contabilidade é clara", diz e pede a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para o exame dos recursos financeiros recebidos pela CNBB e Comissão Pastoral da Terra.

Veloso diz que as UDRs estaduais deverão definir os candidatos que apoiarão nas eleições de novembro. E não esconde que o deputado Irapuan Costa Jr. é "um candidato notório" da entidade ao Senado pelo PMDB goiano. Em Presidente Prudente, Roosevelt Roque dos Santos diz que os apoios se dividem em São Paulo entre o deputado Roberto

Cardoso Alves, do PMDB, o ex-deputado Sérgio Cardoso de Almeida, do PDS, e o candidato da União Popular (de Paulo Maluf) ao Senado, Fábio Meirelles. E, no final, revela que alguns grupos defendem paradoxalmente o voto em Mário Covas, que disputa o Senado pelo PMDB.

Pragmática, a Associação Comercial de São Paulo lançou a candidatura de seu presidente, Guilherme Afif Domingos, a deputado federal pelo Partido Liberal. Afif reconhece que a entidade só começará a discutir a futura Constituição depois das eleições de novembro. E explica: "Muitas vezes, não se faz o projeto que se quer, mas o que é possível". Segundo ele, é preciso, antes, levantar a tendência do Congresso constituinte que será eleito.

Contudo, ele já tem duas prioridades: a descentralização do poder em favor dos municípios e o direito de um cidadão ou grupos de cidadãos de arguírem no Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade das leis e atos dos governos. Mas o poder de fogo das associações comerciais do Estado é grande: são cem mil associados em São Paulo.

Igreja

Ao mobilizar as cinco mil paróquias que tem no país para debater com os candidatos de bairros ou regiões a plataforma política, o presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, 59, também definiu as prioridades da Igreja para a futura Constituição: a sociedade deve controlar o Estado e todos devem ter igualdade real perante a lei.

Muitas dioceses também redigiram cartilhas explicando o que é o Congresso constituinte. Segundo d. Ivo, "o importante é afastar o pessimismo e promover a participação consciente e ardorosa do povo com suas exigências". No entanto, ele adverte que a Igreja não tem candidatos. "Vamos deixar o povo fazer sua opinião", acrescenta.

Adversárias históricas desde que foram criadas, a CGT e a CUT têm um ponto em comum. Reclamam o amplo direito de liberdade de greve e de organização sindical, sem a intervenção do Estado. As semelhanças terminam aí. A outra prioridade da CUT é a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, com a desapropriação de latifúndios produtivos e improdutivos. Já a CGT reclama o atendimento de prioridades sociais, como o ensino público gratuito e assistência também gratuita à saúde.

Joaquim dos Santos Andrade, presidente da CGT, diz que está promovendo debates intersindicais em todo o país. Jair Meneguelli, presidente da CUT, afirma que essas discussões também serão promovidas pela sua entidade. Joaquim garante que a CGT não indicará candidatos aos seus filiados, mas reconhece que

alguns dirigentes sindicais são candidatos a deputado. Meneguelli jura que a CUT não indicará o nome de ninguém, limitando-se a pedir aos trabalhadores que votem em nomes comprometidos com as lutas sindicais.

O debate atinge até quem se rebelou contra a convocação de um Congresso constituinte em vez de uma Constituinte autônoma. Assim, o presidente nacional da OAB, Hermann Assis Baeta, 53, disse, no Rio, que o Conselho Federal da entidade vai se transferir ainda este ano para Brasília, a fim de acompanhar os trabalhos do futuro Congresso. E já tem duas exigências: a reforma do Poder Judiciário e a definição clara da propriedade da terra, "que não poderá ser desvirtuada pela legislação ordinária".

O debate já chegou também a pontos específicos, como educação, saúde e informática. O presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeesp), Gumercindo Milhomem Neto, 36, diz que sua entidade já discutiu a Constituição em quinze congressos regionais no Estado. Agora, a Apeesp prepara um congresso estadual para outubro, como antecipação do 20º Congresso do Professorado do Brasil, em janeiro de 87, em Porto Alegre (RS). Os professores decidiram centralizar nas escolas os debates sobre a educação, mobilizando pais, mestres e alunos. E já têm suas prioridades: mais verbas para a educação e a obrigatoriedade do ensino de zero a quatorze anos.

O diretor de Defesa Profissional da Associação Paulista de Medicina (APM), Salomão Goldman, 42, informou que a Associação Médica Brasileira vai promover, em Campinas (98 km a noroeste de São Paulo), no dia 28, um encontro sobre a futura Constituição. Na semana passada, a APM promoveu o primeiro debate sobre a questão da saúde. As prioridades da APM: a criação de um sistema nacional unificado de saúde, com a absorção de órgãos paralelos, como o Inamps e a LBA, e a obrigatoriedade da destinação de 10% dos orçamentos federal, estaduais e municipais para programas de saúde.

E, embora seja uma entidade nova, o diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria da Computação (Abicomp), Artur Pereira Nunes, 39, diz que seus membros já se preocupam com a futura Constituição. Dois assuntos estão sendo debatidos agora: as relações entre a informática e o direito dos cidadãos à privacidade e o problema criado com a automação das empresas e os direitos dos trabalhadores. A Abicomp também espera uma definição na futura Constituição da política de desenvolvimento tecnológico do governo.